

## DESIGNAÇÃO E INSTABILIDADE DO SENTIDO - “ISRAEL” E “PALESTINA” NA FOLHA DE SÃO PAULO - <sup>1</sup>

Taisir Mahmudo KARIM

**RESUMO** *Procuramos, neste trabalho, a partir da perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação, mostrar o movimento das designações que referem Israel/israelense e Palestina/palestinos no discurso da imprensa, movimento esse constitutivo da significação que institucionaliza e estabiliza determinados sentidos silenciando outros, sendo que esses sentidos institucionalizados são os sentidos ditos verdadeiros, os do senso comum. Desenvolvemos nesta pesquisa, primeiramente, uma reflexão sobre a concepção, ainda muito forte, de que a atividade jornalística preza (assegura) uma de suas principais regras básicas, a da exigência da imparcialidade. Em seguida analisamos o processo de reescritura das designações que referem Israel/israelenses e Palestina/palestinos no discurso da imprensa. Para essa análise consideramos três aspectos: **a.** o da estrutura morfosintática; **b.** o do funcionamento semântico-enunciativo e **c.** o das determinações. Essas análises nos levaram à compreensão do processo das formações imaginárias constitutivas da imagem que o jornal constrói de si mesmo e daquilo de que trata.*

**RÉSUMÉ** *Dans ce travail nous voudrions montrer, à partir la perspective théorique de la Sémantique Historique de l'Énonciation, le mouvement des désignations du discours de la presse pour se reporter à Israël/israélien et Palestine/palestiens. Ce mouvement constitue la signification qu'institutionnalise et qu'établit quelques sens et que tait d'autres. Ces sens institutionnalisés sont les sens qu'on appelle vrais, ces du sens comun. Nous développons, d'abord, dans cette recherche, une réflexion sur la conception, encore très forte, selon laquelle l'activité de la presse prise (assure) comme une des ses règles basiques l'exigeance de l'impartialité. Après nous analisons la procédure de la re-écriture des désignations qui remontent à Israël/israélien et Palestine/palestiens dans ce discours. Pour cette*

---

<sup>1</sup> Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Linguística, do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 11 de julho de 2000, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Junqueira Guimarães.

*analyse nous considérons trois aspects: a. celui de la structure morfossyntaxique; b. celui du fonctionnement sémantique-énonciatif et c. celui des déterminations. À partir de ces analyses nous avons compris la procédure des formations imaginaires constitutives de l'image que le journal construit de soi même et des choses qu'il aborde.*

Procuramos, neste trabalho, a partir da perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação, mostrar o movimento das designações que referem Israel/israelense e Palestina/palestino no discurso da imprensa, movimento esse constitutivo da significação que institucionaliza e estabiliza determinados sentidos silenciando outros, sendo que esses sentidos institucionalizados são os sentidos ditos como verdadeiros, os do senso comum.

Para tanto, elegemos, como corpus a ser analisado, um material específico do jornal *Folha de São Paulo* de 23 de abril de 1998, o *Caderno Especial* dessa tiragem. Esse caderno foi especialmente escrito por conta das comemorações alusivas aos 50 anos da criação do Estado de Israel. O caderno traz reportagens relacionadas diretamente à história de Israel e à atual situação em que se encontra o País, como também reportagens dos países vizinhos que constituem o Oriente Médio, entre eles a Palestina. Não podemos descartar aqui a possibilidade de que essa escolha possa ter sido tomada a partir de um interesse pessoal, isto porque, somos descendentes do povo palestino, daí, talvez, o nosso interesse pela problemática Israel/Palestina.

O percurso que tomamos para essa análise considera o *processo designativo* como centro de reflexão. Nesse domínio pelo menos duas posições tiveram grande repercussão nos estudos lingüísticos. A primeira que considera que a questão de referência é marcada pela relação da linguagem (palavra) com o mundo (objeto referido), posição essa adotada pelos formalistas que têm inspiração na Lógica. A outra posição procura sustentar a intencionalidade de um sujeito falante, ou seja, a referência é entendida *como ato de um sujeito de particularizar um objeto do mundo*. A partir dessas duas posições, o referente é apresentado como algo no mundo e o sentido aparece “colado” ora na língua, ora no sujeito falante. Ou seja, a língua se apresenta como instrumento para comunicar algo em que todos previamente conhecem o significado das palavras, ou como instrumento para expressar a intenção de um sujeito falante.

A partir da perspectiva teórica na qual nos filiamos, a Semântica Histórica da Enunciação, formulada por Guimarães, tratamos a questão de referência de modo diferente. Segundo o autor (1995, pp.73-74), o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. E isso se dá no sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos. A sua materialidade é esse confronto. Isto é, a relação de

designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável; é, ao contrário, exposto à diferença.

A partir dessa posição procuramos compreender, pela análise das designações apresentadas pelo jornal em relação aos fatos publicados, o processo das formações imaginárias constitutivo da imagem que o jornal constrói de si mesmo e daquilo de que trata (Israel/Palestina).

Analisamos as expressões que designam Israel e Palestina, inicialmente, sob o aspecto da constituição histórica desses nomes e, em seguida, as expressões que designam Israel/israelense e Palestina/palestino sob três aspectos. Primeiramente quanto à estrutura morfossintática, em segundo lugar quanto ao funcionamento semântico-enunciativo e, finalmente, quanto às determinações dessas designações.

Quanto às estruturas morfossintáticas das expressões que reescreveram Israel/israelense e Palestina/palestino, pode-se observar que essas são construídas por diferentes estruturas morfossintáticas, e essa diversidade já significa diferentemente. Essa mobilização de sentidos acaba por marcar o conflito político Israel/Palestina. Quando da análise da expressão *Palestina*, observamos o movimento constitutivo desse conflito, uma vez que, no jogo designativo, referir o Estado de Israel pela expressão que designa o Estado Palestino, a *Palestina*, é possível. Mas, a recíproca não é verdadeira, não há nenhum caso em que o Estado Palestino seja designado pelo nome Israel.

Uma outra marca que aponta para essa diferença política pode ser constatada a partir da análise da designação *Estado Judeu*. Essa expressão construída por um termo genérico (estado), mais um adjetivo (judeu), também refere o Estado de Israel. Essa mesma construção pode ser usada para referir a Palestina, termo genérico (estado) mais adjetivo (palestino), *Estado Palestino*. Mas, não podemos designar o Estado Palestino por esta construção morfossintática, de um termo genérico mais um determinante se este determinante estabelece uma especificidade religiosa, como em *Estado Judeu* (judeu determinante religioso). Não existe no corpus analisado a construção *Estado Islâmico* ou *Estado Muçulmano* (termo genérico, *estado* mais determinante religioso, *islâmico* - *muçulmano*) para referir o Estado Palestino. Isso nos mostra que no processo designativo uma mesma estrutura morfossintática funciona e significa diferentemente.

Nesse sentido o processo designativo não se reduz à estrutura morfossintática das expressões. Se fosse o caso, nossos exemplos seriam válidos para ambas as situações. Essas possibilidades reguladoras, marcadas no acontecimento enunciativo, mostram-nos que o conflito das forças sócio-político-ideológicas se evidencia a partir do funcionamento da construção morfossintática das expressões que designam Israel/israelense e Palestina/palestino, isto porque a significação não se reduz pelas/nas expressões, mas sim na relação das palavras com a exterioridade constitutiva da linguagem, pelas condições sócio-históricas de sua existência no acontecimento.

Quanto ao funcionamento semântico-enunciativo dessas expressões, nota-se que, nesse processo enunciativo, designar um país, uma nação, é fazer significar uma certa região do memorável. A enunciação, que designa o presente, traz consigo enunciações outras passadas, já ditas, como também abre em si a possibilidade futura de novas enunciações que poderão ou não acontecer.

Em nossa análise, pode-se observar que quando um país é designado por um nome geopolítico a enunciação que o nomeia retoma a enunciação que determinou o termo enquanto nome. Essas designações são determinadas enunciativamente pela força da linguagem como uma relação de força/poder. E é no acontecimento enunciativo que essa relação passa a significar. Isso marca uma diferença entre Israel e Palestina no jornal. Observamos que o jornal apresenta o Estado de Israel reescriturado por todos os nomes geopolíticos encontrados no corpus, enquanto que o Estado Palestino não. A expressão *império*, que semantiza uma relação mais forte de força/poder entre países, ou seja, a que argumenta com mais força, não designa o Estado Palestino.

A partir dessas diferenças o jornal vai construindo, neste caso específico, uma imagem da relação política de força/poder entre Israel e Palestina. Se há, a propósito do Estado de Israel, o lugar de argumentação que sustenta ser ele mais forte, nessa relação, enquanto país, a propósito do Estado Palestino, não há esse lugar. Isso se mostra nessa relação por uma certa diferença semântica marcada pela diretividade argumentativa em favor de Israel, trazida pela expressão *império*. Essa imagem, construída a partir da ilusão da naturalização das informações apresentadas pelo jornal, acaba por direcionar o sujeito leitor a uma leitura literal.

Com a análise das determinações na constituição das designações, sobre o par Israel/Palestina, procuramos desconstruir essa ilusão de naturalização construída pelo funcionamento do discurso jornalístico. A partir da análise enunciativa, mostramos o funcionamento do processo parafrástico das designações que referem Israel/israelense e Palestina/palestino. Esse funcionamento produz a ilusão que assegura o diferente significar o mesmo. E que, pelo efeito do discurso jornalístico, autoriza-se e se regula, ou melhor, institucionaliza-se o diferente que pode significar o mesmo. Nesse sentido, pelo funcionamento desse processo, expressões como *Terra Prometida, Canaã, Terra Prometida dos judeus, Palestina, Israel, Judéia, império, país, Estado Judeu e Estado de Israel* designam o Estado de Israel e expressões como *Autoridade Palestina, país, faixa de Gaza, Território, Estado Palestino, faixa de Gaza e Cisjordânia, Autoridade Nacional Palestina, Estado Independente, ANP, Gaza e Cisjordânia, territórios ocupados, Cisjordânia* designam o Estado Palestino.

Ainda na análise das determinações dessas designações mobilizamos o estudo da constituição da cena enunciativa de dois textos. O primeiro “Da busca da Terra Prometida até a ... difícil conquista da paz na região” (texto 06 ) trata da questão relativamente a Israel e o segundo, “Casas já ostentam símbolos nacionais” (texto 11), aborda a questão relativamente à Palestina.

O primeiro texto apresenta como lugar social de enunciação um locutor-especialista, é marcado tanto pela indicação do jornal de que seu autor é especialista em estudos semíticos quanto pela própria forma do texto. Já o segundo texto apresenta, como locutor, um locutor-jornalista, que se configura tanto pela indicação de que é enviado especial ao Oriente Médio pelo jornal, quanto pela própria enunciação do texto que se constrói pela inclusão, ao modo do relato, de enunciados cujo locutor é marcado como locutor-palestino.

Nessa análise, a partir do próprio funcionamento do discurso jornalístico, pode-se observar como o jornal constrói a aparente posição de imparcialidade do jornal. Primeiro porque aquilo que o jornal traz de informação para o leitor é apresentada como verdade absoluta e, segundo, pelo fato de o jornal se preocupar em apresentar os dois lados da questão, tanto o israelense como o palestino.

Mas, essa diferença da apresentação do lugar social de enunciação não deixa de ser interessante para nós, pois com ela procuramos desmistificar a ilusão da transparência daquilo que é configurado pelo jornal, uma vez que o jornal procura garantir a matéria que apresenta Israel como verdadeira se sustentando na fala de um especialista no assunto, enquanto que, para sustentar o que diz da Palestina, o jornal se apóia no próprio jornalista, o qual fala de dois lugares: o da imprensa e o da Palestina. Essa diferença apresentada pelo jornal é importante para a questão da designação estudada que contém o sentido do conflito Israel/Palestina em relação ao leitor em nossa análise. Se de um lado o locutor-especialista fala de uma perspectiva universal, já que todo texto traz marcas universalizadas, do outro o locutor jornalista fala de dois lugares: o da imprensa e o da Palestina. Nesse sentido, esses lugares se apresentam, aparentemente, para o leitor como que se carregassem em si a verdade daquilo de que o jornal fala.

Ao estudar o funcionamento enunciativo dessas designações, perguntamo-nos, neste caso nos valendo da Análise de Discurso, sobre o processo das formações imaginárias constitutivo da imagem que o jornal constrói de si mesmo e daquilo de que trata (Israel/Palestina). E, conseqüentemente, como os fatos apresentados nos jornais, pelo efeito da transparência, acabam por estabilizar e institucionalizar, em uma determinada sociedade, certos sentidos em oposição ao silenciamento de outros.

Para respondermos a essas questões mostramos, a partir de uma reflexão sobre o discurso jornalístico, seu funcionamento. Vimos que a atividade jornalística desde os primórdios de sua existência tem forjado um mascaramento do seu funcionamento. Mascaramento esse que sob o *efeito ideológico da evidência* produz a ilusão do compromisso dessa atividade com a informação e a verdade, assumindo sempre a posição de imparcialidade, de neutralidade. Ou seja, essa atividade se apresenta apenas com a função de informar, de narrar os fatos como eles são sem jamais opinar ou tomar uma posição sobre esses fatos.

Nessa reflexão nota-se que essa ilusão é construída a partir da materialidade lingüística, isto é, do espaço gráfico, da configuração gráfico-visual do jornal. No nosso corpus, essa materialidade foi “distribuída” para as matérias sobre a questão

Israel/Palestina em partes iguais. Seja em número de fotos, entrevistas, artigos, enfim, o jornal procurou apresentar, de certa forma, sua posição de imparcialidade.

Outro processo importante na construção dessa ilusão é a noção de antecipação<sup>2</sup> constitutiva do sujeito jornalista/leitor, uma vez que os papéis, tanto do sujeito jornalista como do sujeito leitor, têm características distintas. São nas formações imaginárias que falante e ouvinte se atribuem, cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Essa reflexão nos ajudou a desconstruir essa ilusão de imparcialidade da atividade jornalística. Mostramos que tanto o sujeito jornalista como o sujeito leitor se esquecem de que ambos encontram-se afetados pela ideologia. Vimos em Orlandi (1987) que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, por isso todo dizer é marcado ideologicamente. Nesse sentido, a atividade jornalística, como outra qualquer atividade de linguagem, sempre se reinscreve sob o efeito ideológico. Esse efeito assegura a ilusão da evidência, da transparência dos fatos informados pelo jornal, ilusão essa que funciona como suporte para a institucionalização de certos sentidos. Esse mecanismo, o da transparência da linguagem, também produz o apagamento dos sentidos que não podem e não devem ser ditos, é a política do silêncio constitutivo (ORLANDI, 1997), pois a prática discursiva jornalística está inscrita no campo histórico-social das relações de forças em luta pela hegemonia na produção de sentidos da ideologia dominante como afirma Mariani (1998).

Dessa forma, o jornal constrói um lugar de significação para a questão de Israel diferentemente do lugar construído para a questão da Palestina. Pelo efeito ideológico da evidência, o jornal apresenta mais fortemente três lugares de significação na relação Estado de Israel/Estado Palestino. Um que aponta para o fato de que a região em questão sempre pertenceu a Israel; outro que aponta para a futura criação do Estado Palestino e finalmente um outro que apresenta a divisão da região em dois Estados, um israelense e outro palestino. Ainda que de forma esporádica, o jornal apresenta um outro lugar de significação, o que aponta para o sentido de que a região sempre fora da Palestina.

Pela análise das designações, mesmo sendo apresentados, pelo efeito de evidência, esses lugares de significação, o discurso jornalístico vai construindo a ilusão de que o sentido, que estabelece que a região em questão sempre foi de Israel, é o sentido verdadeiro e até mesmo o eterno. Para tanto, o jornal apresenta e se sustenta em um locutor especialista que se apropria do discurso bíblico para argumentar em favor da posição de Israel. Faz-se necessário trazeremos aqui uma informação importante, a de que a cultura ocidental é marcada fortemente pelo discurso bíblico, em especial pela discursividade do cristianismo que tem como sustentação de sua filosofia o livro bíblico.

---

<sup>2</sup> A noção de antecipação é aqui entendida conforme Pêcheux em "Análise automática do discurso" (1969).

Já em relação à Palestina, mesmo o locutor-jornalista fazendo falar um locutor-palestino, vai sendo construída pelo jornal a ilusão de que o sentido da futura criação da Palestina é o sentido verdadeiro, até porque é o sentido referendado *até* pelos próprios palestinos. Essa ilusão é construída a partir da predicação da temporalidade verbal, que produz a ilusão da unidade textual, ou melhor, da literalidade textual. O jornal acaba, então, por direcionar o leitor para uma leitura de sentido uno em relação à Palestina, a que assegura o sentido da futura criação de um Estado Palestino. Os sentidos outros possíveis são dissolvidos na intertextualidade do jornal. Ou seja, o jornal pouco a pouco constrói a imagem de que o Estado de Israel sempre existiu, enquanto que para a Palestina a imagem construída pelo jornal para o leitor é a de que o Estado Palestino poderá existir algum dia.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. (1998). *Palavras incertas*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BENVENISTE, Émile. (1976). *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes.
- CADERNO especial. (1998). *Folha de São Paulo*. São Paulo, 23 abr.
- DIAS, Luiz Francisco. (1996). *Os sentidos do idioma nacional*. Campinas: Pontes.
- DUCROT, Oswald. (1981). As escalas argumentativas. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global.
- \_\_\_\_\_. (1984). "Referente". Enciclopédia Einaudi, vol. 2 linguagem/enunciação. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- FREGÉ, Gottlob. (1978). *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix.
- GUIMARÃES, Eduardo. (1987). *Textos e argumentação. Um estudo de conjunções do Português*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1989). Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1991). Os sentidos da república no Brasil. *Revista Pro-posições*. Campinas: Cortez.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Terra de Vera Cruz, Brasil*. Rio de Janeiro: Cultura Vozes – 4.
- \_\_\_\_\_. (1993). Independência e morte. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.) *Discurso fundador*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Os limites dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1996). Os sentidos de cidadão no império e na república no Brasil. In: GUIMARÃES E. & ORLANDI, E.P.(Orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Um mapa e suas ruas*. Campinas: DL/IEL/LABEUB – Unicamp.
- INDURSKY, Freda. (1997). *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes.

- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. (1993). Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.) *Discurso fundador*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1998). *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1999). Discurso e instituição: a imprensa. *Revista Rua 5*. Unicamp.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. (1990). *Terra à vista, discurso do confronto: velho e novo mundo*. Editora da Unicamp. Campinas.
- \_\_\_\_\_. (1997). *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Editora da Unicamp. Campinas.
- \_\_\_\_\_. (1987). *A linguagem e seu funcionamento*. 2ª. Ed. Editora Pontes. Campinas.
- \_\_\_\_\_. (1993). (Org.) *Discurso fundador*. Editora Pontes. Campinas.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1998). Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. In: *Revista Rua 4*. Unicamp. Campinas.
- \_\_\_\_\_. (1999). Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel. (1997). *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1969). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. (1997). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1999). *O papel da memória*. Campinas: Pontes.
- RANCIÈRE, Jaques. (1994). *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1999). O dissenso. In: NOVAES, Adauto. *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SERRANI, Silvana M. (1997). *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Editora da Unicamp.
- ZOPPI FONTANA, Mônica. (1991). *Os sentidos marginais. Leitura, teoria e prática* 18. São Paulo: Mercado Aberto.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Cidadãos modernos – discurso e representação política*. Campinas: Editora da Unicamp.
- \_\_\_\_\_. (1999). É o nome que faz fronteira. In: INDURSKY, Freda (org.) *O múltiplo território da Análise do Discurso*. Coleção Ensaios do CPG – Letras/UFRGS.